

Foto: Arnaud de Wildenberg / Gamma



Crescimento perverso e “maldesenvolvimento” lições do colapso polonês

IGNACY SACHS

Traduzido por Maria Lucia Montes (Tradutec)

À primeira vista, os indicadores básicos relativos à Polônia apresentados no último Relatório do Banco Mundial¹ sugerem uma alegre estória de desenvolvimento bem-sucedido. O país pode orgulhar-se de apresentar uma taxa média de crescimento anual do PNB *per capita* de 5,2% nas duas últimas décadas (de 1960 a 1979) e mesmo de 6,1% de 1970 a 1979. Até 1979, especialistas internacionais ainda estavam convencidos de que, não obstante algumas dificuldades sérias

a curto prazo, a Polônia teria um futuro econômico brilhante, graças aos seus esforços, basicamente corretos, no sentido de expandir as indústrias voltadas para a exportação, mercê de transferências maciças de tecnologia ocidental. Superestimando claramente esse processo de modernização, bem como a dotação de recursos naturais do país em carvão, cobre e enxofre, os bancos e os governos do Ocidente permitiram que o montante em divisas da dívida externa polonesa crescesse em bola de neve, passando de me-

* Texto ampliado da conferência apresentada no CEBRAP em abril de 1982.

¹ *World Development Report 1981*, Washington, Banco Mundial, agosto 1981.

nos de 1,3 bilhão de dólares em 1971 para 9,1 bilhões em 1975 e mais de 25 bilhões em 1980. Proporcionalmente aos ganhos em divisas por meio da exportação, o serviço da dívida passou de uma porcentagem tolerável de 25%, em 1975, para a taxa incontrolável de 101% em 1981,² o que contrariava todas as regras de prudência seguidas pelos banqueiros, mesmo em nossos tempos de excesso de liquidez em petrodólares e euromonedas. Com certeza, os banqueiros internacionais devem ter sido das poucas pessoas a acreditar ainda na propaganda do regime, que proclamava ter a Polônia alcançado a posição de décima potência industrial do mundo. E por que isso?

A explicação deve ser buscada, em parte, no costume do sistema polonês de gestão econômica de apresentar dados fictícios sobre a produção, visando garantir bonificações mais altas para o pessoal administrativo. A distância entre o desempenho econômico real e os dados constantes dos relatórios deve ter sido considerável e mesmo crescente, muito embora faltem cálculos quantitativos precisos a esse respeito.

Também pode ter havido nesse caso uma certa dose de irrealismo no cálculo político que, tomando a fantasia pela realidade, imaginava atrair a Polônia e afastá-la do bloco soviético, sobretudo depois das greves de agosto de 1980, na costa do mar Báltico, e da criação dos sindicatos independentes. Mas a principal razão para que houvesse um erro persistente e sistemático na avaliação do estado da economia polonesa e de suas perspectivas decorre de um quadro de referência analítico que atribui um valor realmente excessivo ao ritmo do crescimento e às mudanças na estrutura industrial da produção (um sucedâneo da modernização), ao mesmo tempo que negligencia vários aspectos muito mais fundamentais do desenvolvimento, tais como: a distribuição da renda (primeiro o crescimento, depois a igualdade); a composição real da produção em termos de valores de uso autênticos (o que importa é o volume das transações de valores de troca); a produção não mercantil de bens e serviços por unidades familiares e pelo setor informal (o que não é facilmente quantificável é por definição não pertinente); a qualidade das condições de trabalho e de vida e a sociabilidade da sociedade; a capacidade de manutenção do processo (em termos tanto econômicos quanto ecológicos).

A noção de crescimento enquanto tal não leva em conta, automaticamente e de modo positivo, nenhum desses aspectos. O que ocorre na maioria das vezes é uma correlação entre crescimento rápido e *maldesenvolvimento* ("maldevelopment", termo que também em inglês é um neologismo), caracterizado pela deterioração da qualidade de vida, a má distribuição crescente da renda e a elevação dos custos de gestão da economia e da sociedade (os *faux frais* da produção, na terminologia marxista), que consomem uma parte substancial da produção final e, por fim, mas não menos importante, o aumento da taxa de depredação da natureza.

Além disso, o crescimento pode ser *perverso*, na medida em que solapa subrepticamente as condições — econômicas, sociais e ecológicas — para um desenvolvimento auto-sustentado. Esse processo pode assumir diferentes formas, que não são, contudo, mutuamente excluídas: a má alocação sistemática de recursos escassos, destinando-os a usos que nada acrescentam ao potencial de desenvolvimento do país nem contribuem para a satisfação dos objetivos legitimados pela sociedade; o inchamento do PNB mediante a incorporação predatória do estoque de recursos naturais; a concentração de todo o investimento no aumento da capacidade produtiva, ao mesmo tempo que se permite a descapitalização e, em última instância, a deterioração dos equipamentos, instalações e infra-estrutura existentes; a desconsideração, como algo exterior ao cálculo econômico do crescimento, dos custos sociais e ecológicos de produção, até o ponto em que o desequilíbrio social e do meio ambiente se tornem insuportáveis e paralisem o funcionamento da economia; a produção de bens para os quais não existe uma demanda efetiva, seja em virtude de seu restrito valor de uso ou de sua qualidade inferior, forçando a sociedade a acomodar-se ao consumo de tais bens por falta de alternativas e/ou manipulação da demanda por meio da propaganda comercial e política; um processo inflacionário consentido para que elimine o hiato crescente entre a demanda efetiva e a oferta insuficiente de bens requeridos pelo público.

Embora o conceito de desenvolvimento perverso tenha sido elaborado nos

² "Évolution de la balance des paiements de la Pologne depuis 1971", *Problèmes Économiques*. Paris, La Documentation Française, 6 de janeiro de 1982.

anos 60 para dar conta de situações próprias dos países do Terceiro Mundo, o desempenho econômico da Polônia na última década oferece um caso quase puro de crescimento perverso e maldesenvolvimento em condições de "estatismo", isto é, de uma economia não-capitalista, dominada pelo Estado, que se aplica cada vez mais a garantir sua sobrevivência a curto prazo, bem como a da burocracia encarregada de sua gestão. Assim definido, o "estatismo" aparece como uma forma degenerescente quer do verdadeiro socialismo — como no caso da Polônia —, quer das economias mistas do Terceiro Mundo, com propensões mais ou menos acentuadas para uma retórica socialista vazia. Em ambos os casos, uma característica essencial do "estatismo" consiste no desaparecimento gradual de um projeto de desenvolvimento nacional digno de crédito, capaz de motivar grandes massas da população. Mas o fenômeno do maldesenvolvimento é muito mais difuso: abrange também situações características das economias industriais de mercado, indicando a necessidade de superar por toda parte a camisa-de-força das análises estreitas, economicistas e quantitativas.

A alternativa desenvolvimento ou maldesenvolvimento (na realidade, uma mistura de ambos, na maior parte dos casos) deveria ser encarada como um processo histórico, cuja complexidade, para ser corretamente apreendida, requer a compreensão dos seus aspectos culturais, sociais e ecológicos e suas inter-relações, não necessariamente passíveis de tratamento quantitativo. Nem os burocratas do Partido nem os banqueiros internacionais parecem ter-se preocupado muito, no caso da Polônia, com essas dimensões, tomando erroneamente o crescimento — uma condição necessária tanto para o desenvolvimento quanto para o maldesenvolvimento — por uma condição suficiente para o desenvolvimento. Uma vez que a economia polonesa enveredou por um caminho errado, dada a rigidez dos seus sistemas de planejamento e de gestão, excessivamente centralizados, e a total ausência de contrapesos como parte integrante deles, a alta taxa de crescimento revelou-se uma verdadeira praga, aumentando as distorções para enfim levar a economia virtualmente ao colapso, depois de haver tornado insuportável a luta diária pela existência, com persistente escassez da maioria dos gêneros de primeira necessidade, filas in-

termináveis, racionamento ineficaz, mercado negro, desvalorização completa do *zloty* e contínua deterioração de todos os serviços públicos.

A espiral do maldesenvolvimento (1970-80)

Há uma concordância surpreendentemente grande nas análises tanto dos economistas do governo quanto dos ativistas do Solidariedade sobre a última década.

Após a repressão sangrenta dos tumultos provocados pela escassez de alimentos em dezembro de 1970 na costa do Báltico, sob a nova liderança de Gierk, a Polônia enveredou por um caminho bifurcado, porém internamente coerente. Por um lado, foi lançada uma política populista de consumo, numa tentativa de recuperar a popularidade do Partido. Acentuaram-se os incentivos materiais, e os diferenciais de salários e de rendas aumentaram a ponto de provavelmente ultrapassar as faixas de rendimentos do trabalho após o desconto do imposto no Ocidente; encorajou-se a compra de carros individuais, bens de consumo duráveis e casas; o turismo no exterior expandiu-se. A Polônia deveria competir com os padrões de consumo do Ocidente. Por uma vez, a linha do Partido e os gostos do público coincidiam. A renda *per capita* real aumentou 9,6% de 1971 a 1975, 7,2% em 1976, 6,1% em 1977, declinando então 0,6% em 1978, 2% em 1979, 4% em 1980, até cair verticalmente 13% em 1981, voltando ao seu nível de 1974.³

Por outro lado, foi elaborado um plano de industrialização excessivamente ambicioso, para não dizer megalomaníaco, visando acelerar um salto qualitativo de "crescimento extensivo", até então vigente, para um "crescimento intensivo" modernizador, de alta produtividade e voltado para fora, que deveria colocar a Polônia entre as potências industriais mais avançadas do mundo. As importações de tecnologia ocidental em larga escala deveriam desempenhar um importante papel nesse plano, permitindo que o país procurasse obter, com produtos modernos e competitivos, a parcela de novos mercados que lhe correspondia na economia mundial em expansão.

Sob vários aspectos, os planejadores poloneses e os especialistas do Banco Mundial e do FMI que tentavam vender aos países do Terceiro Mundo, como uma panacéia, a estratégia de desenvol-

um plano de industrialização megalomaníaco

³ Estatísticas do governo polonês citadas pela Reuters, *International Herald Tribune*, 30-31 de janeiro de 1982.

vimento voltado para fora, pensavam segundo o mesmo esquema estreito, tecnocrático e produtivista, esquecidos das duras realidades da economia internacional, com seus altos e baixos, dos interesses escusos das companhias multinacionais e dos bancos internacionais, das formidáveis barreiras neoprotecionistas que os países de industrialização recente — fossem eles capitalistas ou socialistas — teriam que romper, num mundo onde a retórica do livre-comércio anda de mãos dadas com políticas de reduzir os vizinhos à miséria. Pela segunda vez na sua história de descaminhos econômicos do pós-guerra, a Polônia foi vítima de uma escolha mimética de um modelo exógeno, com a única diferença de que o padrão de industrialização stalinista seguido de 1948 a 1955 voltava-se para dentro e era quase autárquico, isto é, orientava-se exatamente em sentido contrário.

A grande importância atribuída ao aço e à exploração de minérios revelou-se errônea e dispendiosa, embora a Polônia não fosse o único país do mundo a enganar-se quanto ao futuro do aço e a apostar na perspectiva de uma expansão contínua do comércio mundial. Longe de produzirem um milagre, as importações maciças de tecnologia ocidental demonstraram em muitos casos que haviam sido mal escolhidas e mal adaptadas às condições polonesas. Os projetos precisavam de um período de gestação mais longo do que o esperado e seu custo subiu de maneira vertiginosa, com o estímulo da onda inflacionária da economia mundial.

As repercussões das duas crises do petróleo, mesmo amortecidas pelo sistema de preços do Comecon, a deterioração dos serviços de energia e de transporte e as irregularidades no fornecimento de materiais importados tiveram um efeito devastador sobre instalações industriais semicompletas, transformando muitas fábricas recém-construídas em elefantes brancos voltados à ociosidade.

Enquanto isso, o esforço de investimento e as políticas de consumo não poderiam ser mantidos a não ser com recurso ao endividamento externo em larga escala e a uma inflação galopante. Tanto mais que a agricultura não conseguira manter o ritmo de expansão esperado, devido ao efeito combinado de falhas nas políticas adotadas; um investimento inadequado no setor privado, responsável pelo cultivo de cerca de 80% das terras, mas inteiramente carente de capital e equipamentos; e, enfim, adversidades climáticas. O índice médio de produção de alimentos *per capita* em 1977-79 foi apenas 6% mais alto do que o de 1969-71, e em 1979 e 1980 houve um declínio na produção.

Mais uma vez, o fato de ter a Polônia caído tão serenamente na armadilha do endividamento externo, o que se tornou ainda mais fácil depois de 1973 com a afluência de petrodólares aos bancos ocidentais, parece um caso tirado de um *textbook* para os economistas dos países do Terceiro Mundo, sobre o qual deveriam refletir. Às cifras já citadas, pode-se acrescentar o aumento exorbitante do custo dos créditos externos que, segundo dados oficiais poloneses, chegaram a 61



milhões de dólares, isto é, 4,7% da dívida em 1971; 547 milhões de dólares, ou 6%, em 1975; e 2.467 milhões de dólares, ou 9,8%, em 1980.⁴ O colapso virtual da economia polonesa em 1980-81 foi, do ponto de vista técnico, estimulado pelos cortes drásticos na pauta das importações, motivados pela incapacidade de atender ao serviço da dívida. Num momento em que a Polônia mais precisava de proteção, na forma de importações adicionais, que lhe permitiriam compensar os maus resultados da agricultura e resistir ao ciclo do investimento industrial, ela foi forçada a reduzi-las a partir de 1977, o que trouxe conseqüências econômicas desastrosas e provocou, finalmente, a desorganização de toda a economia.

De modo paradoxal, a dívida externa da Polônia constitui atualmente o principal trunfo do general Jaruzelski em suas negociações políticas com o Ocidente e o escudo mais eficaz para proteger a União Soviética e o bloco oriental contra sanções econômicas significativas, capazes de forçar a junta polonesa a restabelecer o respeito à lei e os direitos humanos fundamentais. Para produzir tal efeito, as sanções deveriam ser razoavelmente abrangentes e precisas, isto é, deveriam afetar todo o comércio entre o Leste e o Oeste e, se necessário, ser também impostas aos países do Terceiro Mundo que tentassem aproveitar-se das oportunidades surgidas no mercado em conseqüência da imposição do embargo. Naturalmente, seu custo para o Ocidente, e em especial para os países europeus, seria muito elevado, já que a Polônia e outros países da Europa Oriental tomariam provavelmente medidas de retaliação, como, por exemplo, declarar moratória contra a amortização do principal e o serviço de sua dívida externa, criando um efeito de dominó potencialmente perigoso nos mercados financeiros internacionais. Além disso, alguns países do Terceiro Mundo poderiam ser tentados a seguir-lhes o exemplo. Por esta razão, as perspectivas a curto prazo são de arremedos de represália, que fazem com que os esforços punitivos do Ocidente pareçam "mais os de um *poodle* desdentado do que os de um majestoso leão",⁵ além de reescalamentos e reciclagens periódicas da dívida polonesa, a um custo cada vez mais alto para o país devedor. Apesar de não ser (ainda) um membro do FMI, a Polônia sofrerá pressões no sentido de aceitar o princípio de condi-

cionalidade, isto é, novos arranjos financeiros serão feitos na dependência de a Polónia aceitar regras estritas de austeridade em sua conduta econômica, no plano externo e interno, para poder conseguir o mais rápido possível um excedente de exportações em divisas e começar, se não a amortizar o principal, pelo menos a atender regularmente ao serviço da dívida. Os países do Terceiro Mundo, cujo futuro econômico e equilíbrio social se acham sob pesada hipoteca pelas regras estritas da ortodoxia financeira imposta pelo FMI, sem dúvida observarão cuidadosamente o modo pelo qual o caso polonês será tratado, tanto pelos credores ocidentais, quanto pelos aliados da Europa Ocidental.

Embora se tenha um conhecimento aproximado da ordem de magnitude da dívida externa polonesa, o quadro é muito menos claro no que diz respeito à evolução dos sistemas de preços internos e às pressões inflacionárias, entre outras coisas por causa da falta quase total de dados confiáveis sobre o funcionamento de mercados paralelos, empregos adicionais em forma de bicos, preços efetivamente pagos pelos consumidores pelos bens e serviços, efeitos de distorção provocados pela escassez persistente de certos produtos, aumentos camuflados de preço sob a forma de melhora fictícia da qualidade e, recentemente, a extensão da economia de troca direta (devido ao colapso virtual da moeda polonesa). Para ficarmos em terreno seguro, podemos dizer que:

Primeiro, as pressões inflacionárias continuaram a desenvolver-se durante todo o período, sendo o hiato crescente entre a demanda e a oferta agregadas apenas uma medida muito parcial do fenômeno, que não obstante é utilizada por falta de uma indicação melhor, tanto por parte do governo quanto dos economistas do Solidarnosc.

Segundo, na medida em que as tentativas de mudança dos preços dos gêneros de primeira necessidade provocaram reações violentas dos trabalhadores em 1970, 1976 e agosto de 1980, o governo manteve alguns preços ao consumidor a um nível absurdamente baixo, mediante um amplo subsídio aos produtores, mas não conseguiu garantir o equilíbrio entre a oferta e a procura, sendo finalmente forçado a estabelecer o racionamento,

⁴ Relatório governamental sobre o estado da economia, preparado por uma equipe chefiada pelo prof. Czeslaw BOBROWSKI, publicado em julho de 1981, como suplemento da *Tribuna Ludu*, Varsóvia.

Para o ponto de vista do Solidarnosc, ver KUCZYNSKI, W., *Po Wielkim Skoku* (Em busca do grande salto para diante), Varsóvia, PKE, 1981, e vários artigos no semanário *Solidarnosc*.

Polónia, vítima da imitação de um modelo exógeno

⁵ BALL, G. W., "Self-Deception in sanctions against Poland and Russia", *International Herald Tribune (Paris)*, 9-10 de janeiro de 1982.

Outubro de 1956, a primavera polonesa

e não podendo, mesmo assim, alcançar as quotas fixadas. Em tais condições, não é de estranhar que os camponeses alimentassem seus cavalos, seu gado e suas aves com pão subsidiado e que o mercado negro da carne proliferasse.

Terceiro, é muito difícil avaliar os resultados líquidos, com relação à renda e ao padrão de vida das pessoas, das distorções dos preços; dos bicos; dos mercados paralelos; da circulação cada vez mais ampla de moedas estrangeiras, enviadas aos poloneses por parentes que vivem no exterior ou trazidas de viagens ao Ocidente, e trocadas por *zlotys* a taxas bem superiores aos preços da cesta média de produtos básicos, mas correspondentes aos preços relativos reais de certos artigos de luxo e bens de consumo duráveis, cuja oferta é pequena no mercado oficial. . . A simples enumeração destes fenômenos mostra quão pouco a realidade da economia polonesa se assemelhava a algum modelo projetado pelos economistas e menos ainda a um sistema planejado, com controles estritos. Contudo, pode-se presumir com segurança que o sistema trabalhou em favor de uma minoria de grupos privilegiados — os que militavam no mercado negro, mas também os que possuíam moedas estrangeiras — e discriminou acentuadamente os trabalhadores assalariados comuns. Os escalões da burocracia do Partido e do governo, pertencentes à *nomenklatura*, tinham seus próprios privilégios materiais, para não falar da corrupção que se difundiu no período de Gierek mais do que em qualquer outro momento da história polonesa do pós-guerra.

Quarto, tocamos aqui no que constitui de longe o aspecto mais importante do maldesenvolvimento polonês. Nas condições anteriormente descritas, era absolutamente natural que a atitude do povo com relação ao trabalho e à propriedade pública fosse, para usar um eufemismo, bastante relutante: a exibição diária do desperdício no uso de recursos, a degradação do meio ambiente, a ineficácia e a burocracia da administração, os privilégios injustificados de alguns e as privações de todos os outros eram muito mais eloqüentes do que a exortação do regime e os incentivos materiais oferecidos em troca do empenho no trabalho. Trapacear os patrões oficiais e fazer bico tornaram-se esportes nacionais. Por isso é que, apesar de todo o investimento e da tecnologia atualizada, a Polônia não poderia embarcar à última hora no trem-

da-alegria do desenvolvimento intensivo. Faltavam-lhe o meio ambiente cultural e institucional e, portanto, o incentivo moral para isso.

As raízes profundas da crise

Seria fácil demais atribuir o colapso da economia polonesa ao efeito combinado de fatores exógenos, fora do controle dos responsáveis pelas políticas governamentais e pelo planejamento na Polônia — a crise econômica mundial —, e do acúmulo de erros subjetivos cometidos nos últimos anos por funcionários incompetentes e corruptos. Na verdade, esta será muito provavelmente a explicação proposta pela junta de Jaruzelski, mais preocupada em descobrir bodes expiatórios entre antigos líderes, inclusive o próprio Gierek, do que questionar fundamentalmente o funcionamento do sistema. Mas os planejadores poloneses eram, em média, bem treinados, sabiam desde o final da década de 50 que o sistema de flutuação de preços era contra-producente, pressentiram a aproximação do desastre e chegaram mesmo a alertar a liderança política sobre os perigos iminentes. Por que então o país foi levado a se precipitar no desastre?

Devem-se procurar as raízes profundas da crise bem antes de 1970, no fracasso da primavera polonesa que mal chegou a eclodir em outubro de 1956 e que levou ao poder uma liderança parcialmente renovada, tendo Gomulka — que fora prisioneiro político durante o período stalinista — como primeiro-secretário.

Apesar da hostilidade de seus vizinhos, que por pouco não levou a uma invasão do país — como se ele estivesse protegido por não ter fronteiras com países do Ocidente —, a Polônia não teve o mesmo destino da Hungria e, mais tarde, da Checoslováquia: o país iniciou um vasto programa de reformas.

Permitiu-se que as fazendas coletivas, estabelecidas contra a vontade dos camponeses, se dissolvessem, e até hoje cerca de 80% das terras agrícolas são constituídas por fazendas de propriedade familiar. Elegeram-se conselhos operários nas fábricas e a burocracia sindical foi seriamente abalada. Encontrou-se um *modus vivendi* com a Igreja Católica, não sem concessões significativas por parte do Estado comunista. Comparada a seus vizinhos, a Polônia tornou-se uma ilha de liberdade cultural e científica, com sua censura branda (mitigada, mas nunca inteiramente abolida), seus inter-

câmbios abertamente declarados com o Ocidente. Injetou-se no funcionamento das instituições políticas uma dose cuidadosamente medida de pluralismo e discussão, sem que no entanto se questionasse a primazia do Partido. Criou-se um Conselho Econômico, composto de estudiosos de renome mundial, para propor uma reforma fundamental da economia polonesa, quanto ao seu funcionamento, gestão e planejamento. Após negociações difíceis e prolongadas, Gomulka conseguiu cancelar uma parte substancial da dívida polonesa acumulada junto à União Soviética, em conseqüência de preços injustos impostos por Stálin aos satélites soviéticos. O país podia assim engajar-se numa "via polonesa para o socialismo" razoavelmente não-ortodoxa. E, por meio do chamado plano Rappacki, para a criação na Europa Central de uma zona neutra com relação à presença de armamentos nucleares, podia até mesmo considerar, ainda que de modo bastante indireto, a possibilidade de se tornar uma nova Finlândia.

Tudo isso deu a Gomulka um capital de boa vontade e popularidade só comparável na Europa Oriental ao de Tito. No entanto, ele não se aproveitou da oportunidade assim criada para denunciar de modo cabal, e ao mesmo tempo corrigir, as distorções provocadas pela industrialização acelerada, implementada com o plano sexenal (1949-55). Ao invés disso, deteve-se a meio caminho, não permitindo que as reformas fossem longe o suficiente para questionar as próprias bases do planejamento e da gestão centralizados, voltados para o que vem a ser o equivalente a uma economia de guerra, no sentido literal e metafórico, na medida em que a modernização rápida requer uma grande concentração de recursos escassos em torno de algumas prioridades escolhidas.

A experiência da Polônia no pós-guerra foi basicamente a de um país subdesenvolvido, terrivelmente destruído pela guerra, tentando encontrar um atalho, no caminho de volta para o desenvolvimento, e preencher no curto período de tempo de uma geração o hiato que o separava das potências industrializadas avançadas.

Sem dúvida, o planejamento de tipo soviético revelou-se eficiente para atingir algumas metas espetaculares mas na realidade limitadas: a rápida absorção da

mão-de-obra rural supérflua pelas atividades industriais e terciárias, o delineamento das bases de uma moderna economia industrial, a reconstrução de Varsóvia e várias outras cidades em ruínas etc. O pleno emprego com uma produtividade média do trabalho bastante baixa podia ser defendido no plano social, como um método de distribuição da renda menos prejudicial, de um ponto de vista ético, do que uma economia dual em sistema de *apartheid*, consistindo em um setor avançado altamente produtivo e uma massa de desempregados vivendo da previdência do Estado. A imposição do modelo stanilista de industrialização pesada visando a auto-suficiência não prejudicou demasiadamente a economia polonesa, ao contrário do que ocorreu em outros países menores ou mais avançados industrialmente, como por exemplo, a Checoslováquia.

Mas esses resultados foram alcançados mediante um sistema de gestão implacável, arbitrário e excessivamente centralizado, com muito pouca ou mesmo sem nenhuma consideração para com a eficácia econômica e, não obstante a retórica do regime, para com a justiça social. Os escalões superiores da burocracia transformaram-se em casta privilegiada, mas o regime também produziu seus desclassificados e seus párias profundamente discriminados, inclusive pessoas enviadas a campos de trabalho forçado. Escudados pelo sigilo ostensivamente imposto pela guerra fria, os planejadores não eram chamados a prestar contas de seus atos, não sendo portanto politicamente responsáveis. Mantinha-se desconhecido para o público o desempenho da economia, assim como os pormenores relativos à distribuição da renda, complicada por um elaborado sistema de vantagens materiais para a *nomenklatura*.

Nenhuma dessas características negativas desapareceu completamente depois de 1956, embora várias mudanças positivas tenham ocorrido. O impulso das reformas ateu-se ao funcionamento do sistema econômico concebido de um modo estreito, como se ele pudesse ser separado de seu contexto político mais amplo. Os reformadores não chegaram a realizar uma reforma completa dos sistemas de preços e de distribuição de renda e, o que é ainda mais importante, não demonstraram o arrojo necessário para produzir uma circulação livre da informação e para aceitar *bona fide* a discussão pluralista de metas, políticas e

planejadores
que não
prestem
contas de
seus atos

fazer do país um lugar onde seja possível viver

resultados; em outras palavras, para fazer que os encarregados da determinação das políticas governamentais, do planejamento e da gestão prestassem contas de seus atos, tornando-se politicamente responsáveis. De modo dramático, a Polônia perdeu sua oportunidade histórica de realizar uma tentativa reformista para dar ao socialismo um rosto humano. Passo a passo, e uma por uma, as reformas anunciadas após 1956 foram esvaziadas de seu conteúdo, explorando a falta de experiência democrática dos operários e a incapacidade dos intelectuais de articular um programa de ação concreto. Algo abalada no início, a burocracia acabou por recuperar completamente o controle da situação. A promessa de autogestão acabou por desaparecer aos poucos, os conselhos operários caíram no esquecimento e a censura foi mais uma vez reforçada.

Em 1968, apenas alguns meses antes da intervenção militar do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia, a repressão a estudantes e intelectuais, acusados de tomarem parte em uma conspiração sionista e revisionista, soou como um réquiem para a primavera polonesa de outubro. Mais uma vez o Leviatã socialista tornou-se o único ator em cena, privando a sociedade civil de qualquer possibilidade significativa de diálogo e, menos ainda, de controle social sobre as atividades do Estado.

Os 500 dias do Solidariedade

As amargas lembranças da experiência reformista fracassada de 1956-68 e das repressões de 1956, 1970 e 1976 foram decisivas para dar forma ao movimento sindical livre, nascido da greve de agosto na costa do mar Báltico. O Solidariedade tinha por objetivo, antes de tudo, ampliar a esfera das liberdades individuais e coletivas na vida cotidiana, restabelecer uma relação de simetria entre os diretores, que deveriam ser eleitos, e os trabalhadores, mas também entre a sociedade civil em geral e um Estado que enfim se tornava responsável, devendo prestar contas de seus atos.

Apesar de suas incoerências, flutuações e erros táticos, tratava-se de um levante radicalmente antitotalitário. Assim, não podia ser tolerado pelos dirigentes soviéticos. Falta-nos ainda a distância necessária para poder analisar em detalhe os 500 dias agitados que separaram os acordos de Gdansk do golpe de força

de 13 de dezembro de 1981: a análise deveria ser feita do ponto de vista da elaboração intelectual de propostas institucionais e de políticas concretas visando fazer do país um lugar onde seria possível viver. Tais propostas eram numerosas, diversas, às vezes contraditórias, nem sempre práticas. Certamente não se somavam umas às outras de modo a formar um projeto coerente; em certo sentido eram programaticamente contra a própria idéia de um tal projeto rígido, o que deu ao Solidariedade um sabor ligeiramente libertário. As circunstâncias históricas explicam muita coisa. A Polônia teve pouca experiência de uma democracia a nível local e de outras instituições que não fossem o Estado num extremo e a família no outro. A Igreja Católica polonesa não se comprometeu com um programa social, como na América Latina.

Muito mais importante era o aspecto existencial, que fez desses dezesseis meses uma experiência coletiva, profundamente vivida, experiência de que a vida poderia ser diferente apesar da deterioração das condições econômicas, que as liberdades não eram categorias abstratas e vazias, que o país real poderia simplesmente ignorar o país legal e as burocracias que o sustentavam. Quer as autoridades tenham deliberadamente aprofundado a crise econômica ou a tenham abandonado sem luta para que seguisse seu próprio curso, não resta dúvida de que o colapso econômico abriu caminho para a intervenção militar e, ao mesmo tempo, forneceu um tema perverso para a propaganda do bloco soviético: o Solidariedade vem sendo responsabilizado por uma situação que na realidade constitui o fracasso de um modelo de desenvolvimento aplicado ininterruptamente por quase quatro décadas. O colapso econômico da Polônia não pode de modo algum ser atribuído aos eventos dos últimos dois anos.

É possível a "normalização"?

a) Muito provavelmente sim, se essa palavra sinistra for entendida segundo o jargão comunista, como um eufemismo para o domínio da força. Talvez nem mesmo seja necessário manter o estado de guerra por muito tempo, porque um sistema de violência camuflada já foi instalado: tendo como pretexto a reforma

econômica (da qual se falará em seguida), dezenas ou mesmo centenas de milhares de trabalhadores vão perder seus empregos. Por uma lei especial promulgada pela junta militar, todos os homens entre 18 e 45 anos de idade podem ser recrutados para realizar trabalhos pesados ou insalubres por conta do Estado que, para todos os fins práticos, constitui o único empregador na Polônia, com exceção dos camponeses. Para falar sem rodeios, isto pode significar, para todos os que forem despedidos das fábricas ou banidos das universidades por motivos políticos, a perspectiva de se verem condenados a um trabalho mais ou menos forçado.

b) Naturalmente não, se se entender por normalização um retorno a condições normais de trabalho, de vida e de lazer. A reforma econômica que está para ser implementada irá mais uma vez isolar a esfera da atividade econômica e abordá-la com um paradigma mecanicista, como se a economia fosse um relógio de fabricação suíça ou soviética e as pessoas que a manipulam cães pavlovianos que respondem a incentivos materiais e, se necessário, a bordoadas.

Para começar, a população trabalhadora será submetida a um tratamento de choque: pelo efeito combinado de fatores como um aumento drástico dos preços controlados, a liberação dos preços para muitos artigos industriais e ajustes salariais parciais para contrabalançar o aumento exorbitante do custo de vida, seus salários reais sofrerão reduções que irão de um quarto à metade: é difícil calcular a quantia exata, a partir dos dados oficiais. Quanto ao setor privado da agricultura, pede-se aos produtores que entreguem ao Estado uma quantia adicional de cereais a título de empréstimo: um retorno ao odiado sistema de entregas compulsórias — um eufemismo para designar requisições — é uma possibilidade não inteiramente descartável. Estamos assim diante de um quadro que nos faz pensar no Brasil em 1964, no Chile após o golpe de Estado em 1973, na Argentina sob o governo dos generais, e que lembra bastante os planos de estabilização de orientação monetarista que os países do Terceiro Mundo foram tantas vezes forçados a experimentar, a suas próprias expensas. A eliminação dos sindicatos livres e a implantação do domínio da violência constituem um prelúdio necessário à imposição de políticas drásticas no plano fiscal, dos salários e dos

preços, com o objetivo de controlar a inflação, racionalizar o funcionamento da economia e extrair um excedente econômico mais elevado à custa do padrão de vida da população trabalhadora.

Os regimes totalitários, tanto de direita quanto de esquerda, são muito eficientes quando se trata de descartar, como responsabilidade de outros, os custos sociais (e ecológicos) da acumulação. Naturalmente, no caso polonês não há capitalistas privados que se possam beneficiar com a situação, mas não se pode invocar esta diferença, como tantas vezes se fez, para fechar os olhos à violação da justiça social e, menos ainda, de outros direitos humanos.

Em contrapartida, esses Estados são incapazes de chegar a um consenso social e de estabelecer entre eles próprios, as empresas do setor público (ou privado) e a sociedade civil um contrato social que estimule atitudes positivas com relação ao trabalho. É por isso que as reformas econômicas impostas pela junta militar polonesa provavelmente não se implementarão sem tropeços, sendo a escalada da violência uma resposta possível por parte das autoridades em tal situação. Saber se, após os acordos de Gdansk, era possível aos dois lados que tomavam parte nas negociações chegar a algum consenso, ou saber por que o governo resolveu jogar sujo com o Solidariedade, ou ainda saber em que medida o Solidariedade teria conseguido persuadir o povo a aceitar um programa de austeridade auto-imposto — estas questões por ora constituem apenas temas de especulação para os historiadores.

O golpe de força de 13 de dezembro de 1981 provocou a ruptura final entre o país real e o país oficial, entre uma nação que se sente traída por seu exército, por esperar demasiado dele, e um poder alienado, percebido como uma ocupação estrangeira. Na situação atual, que traz à memória das pessoas as lembranças de 1939-45, não trabalhar bem será considerado uma virtude patriótica e também um modo relativamente seguro de protestar, para não falar de todos aqueles que simplesmente se sentem ultrajados e logrados. Uma solução como a encontrada na Hungria após 1956, o "kadarismo" como um mal menor, não parece possível na Polônia. Há pelo menos três razões para isso: mais um quarto de século de ilusões perdidas já se

a ruptura final
entre o país
real e o país
oficial

passou desde então, a crise econômica polonesa é muito profunda e o ambiente internacional muito mais adverso.

Outro desenvolvimento se faz necessário

O desastre polonês encerra um período histórico, inaugurado, em 1956, pela denúncia do stalinismo no XX Congresso do PCUS. Havia grandes esperanças naqueles dias. O movimento comunista começava a libertar-se da dominação soviética e a se tornar policêntrico. Diferentes vias para o socialismo iriam florescer, em lugar da repetição desastrosa do modelo soviético. A camisa-de-força dogmática da interpretação unilinear da história estava enterrada para sempre.

Ao olhar para as ruínas deixadas pela experiência polonesa na esteira dos acontecimentos de 1956, com a repressão à revolta húngara, e a invasão da Checoslováquia, em 1968, chega-se à iniludível conclusão de que a própria possibilidade de qualquer via para o socialismo, por tudo o que possa ainda significar em termos ideológicos, desapareceu dos países da Europa Oriental aprisionados no império soviético. A perspectiva sombria que se abre diante deles é a de um "estatismo" patrocinado pelos soviéticos, mais ou menos repressivo, dependendo da intensidade da resistência popular e da vontade e capacidade das democracias ocidentais de pressionar constantemente os governos da Europa Oriental.

Enquanto isso, a tese do pluralismo dos caminhos do desenvolvimento vê-se confirmada pela variedade dos casos de maldesenvolvimento. Neste ensaio, comparou-se a Polônia à América Latina. O paralelo leva imediatamente a descartar a idéia de que o colapso da economia estritamente planejada da Polônia constitui um argumento *a contrario* para os defensores do mercado, já que ele é comparável à catástrofe argentina estimulada pela aplicação cega das políticas recomendadas pelos seguidores de Friedman: a junta militar argentina conseguiu estabelecer com êxito um reino de terror, mas permitiu que os salários reais caíssem vertiginosamente a um nível que, segundo se estima, é 40% inferior ao de 1974, enquanto o desemprego atingiu a cifra sem precedentes de 20% da força de trabalho. A hiperinflação assola a Argentina e o país tem uma dívida externa

muito alta, apesar de seu êxito como exportador de cereais e de carne e sua auto-suficiência no abastecimento de petróleo.

O maldesenvolvimento também se espalha por toda parte nos países industrializados. É tempo de deixar de tratar nossa estagflação como uma recessão a mais e olhar para os nossos problemas estruturais: os *faux frais* de nossas economias que aumentam rapidamente, a começar pelos orçamentos chocantes destinados aos armamentos; o desemprego crônico devido, entre outras coisas, à nossa incapacidade de controlar o progresso técnico e mudar a repartição da produtividade entre mais produção e menos tempo de trabalho em favor deste; a crise do Estado do Bem-Estar, em virtude do seu paternalismo, burocratização e custos extremamente altos; e, finalmente, mas não menos importante, o desequilíbrio do meio ambiente. Não parece provável que qualquer um desses problemas possa ser solucionado através da aplicação da "reaganomia", muito pelo contrário.

A esquerda precisa encontrar respostas inteiramente novas, originais, para as crises de maldesenvolvimento, no Norte e no Sul, e propor novas regras do jogo às instituições econômicas internacionais. A lição polonesa salienta de modo dramático a urgência e a complexidade desta tarefa. Deve haver lugar para um planejamento do desenvolvimento inteiramente renovado, capaz de adaptação, aberto à participação e feito em bases contratuais, que não padeça dos vícios do reducionismo econômico e do instrumentalismo estreito. Tal planejamento deveria decorrer de um diálogo contínuo entre a sociedade civil, o Estado e as organizações empresariais, sendo garantido pelo respeito aos direitos humanos fundamentais. Esta condição, que tão evidentemente faltava na experiência polonesa, é absolutamente necessária para desenvolver um processo de aprendizagem da sociedade verdadeiramente democrático, para estimular a criatividade das pessoas e para começar a remover os inúmeros obstáculos que se colocam no caminho que leva ao desenvolvimento.

Ignacy Sachs é professor na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.

Novos Estudos Cebrap, São Paulo,
v. 1, 4, p. 35-44, nov. 82

Além das fontes acima utilizadas no artigo, as seguintes publicações sobre a Polónia merecem menção:

O conceito de crescimento perverso foi elaborado nos anos 60 para analisar o Brasil e outros países do Terceiro Mundo. Para aplicações do conceito, ver: SACHS, I., *Studies in Political Economy of Development*, Oxford, Pergamon Press, 1979; ver também "Development, Maldevelopment and Industrialization of Third World Countries", *Development and Change*, Londres, vol. 10, n.º 4, Saga, outubro 1979.

Poland today: the State of the Republic, compilado pelo Grupo de Estudos A Experiência e o Futuro, M.E. Sharpe, 1982.

POMIAN, K., *Pologne: Défi à l'impossible? De la révolution de Poznan à "Solidarité"*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1982. Coleção de artigos de um importante dissidente polonês que vive em Paris.

MINK, G. e TIRAPOLSKI, A., "L'avenir de la Pologne entre la crainte et l'espérance", *Le Courrier des Pays de l'Est*, Paris, La Documentation Française, outubro 1981.

E, entre muitos números especiais sobre a Polónia publicados por revistas francesas: "Pologne, le Dossier de Solidarité", Gdansk, Aout 80, Varsovie, Décembre 81", *L'Alternative*, Maspero, janeiro 82; "Pologne: la brèche?", *Autogestion* n.º 5, Toulouse, Privat, primavera 1981.

Para os novos enfoques do planejamento e o conceito de outro desenvolvimento, ver: *What Now*. O Relatório Dag Hammarskjöld de 1975, preparado por ocasião da Sétima Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, Uppsala, 1975. *IFDA Dossier* n.º 17, Lyon, maio-junho 1980. SACHS, I., "Styles de vie et planification" in *Canadian Journal of Development*, vol. 1, n.º 2, 1980, Ottawa. E SACHS, I., "Time-Spaces of Development", *Diogenes*, n.º 112, Florença, Casalini Libri, inverno 1980.